



■ Presidente p. 9

Vencer as eleições legislativas com maioria absoluta



■ PSD p. 10

PSD acusa PS de "ligeireza" por causa da privatização da TAP

Povo Livre



nº 1856

17 de Dezembro de 2014
Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Apurar responsabilidades pelo endividamento do país



O Presidente do PSD na sessão de encerramento do XXIII Congresso Nacional da JSD

América Latina é uma prioridade da política externa portuguesa



O Primeiro-Ministro e o Presidente da República afirmaram que a América Latina é uma prioridade da política externa portuguesa, destacando o relacionamento com os países da Aliança do Pacífico. “O relacionamento de Portugal com a América Latina não é apenas o relacionamento com o Brasil, um país a que nos ligam laços muito particulares. Alargámos esse relacionamento, quer a nível político, quer a nível económico, quer a nível de investimento, em particular com os países da Aliança do Pacífico”, afirmou Cavaco Silva.

Assinalando as visitas a Portugal dos presidentes da Colômbia, México, Panamá e Peru, o chefe de Estado português considerou que, nos últimos anos, a presença económica portuguesa e os contactos políticos com a América Latina aumentaram.

“Nos últimos cinco anos, as exportações de Portugal para esta parte do mundo tiveram um crescimento médio de cerca de 20%”, referiu.

Em seguida, também Passos Coelho assinalou que Portugal tem conseguido “um nível de penetração bastante grande” na América Latina, “sobretudo neste arco que constitui a Aliança para o Pacífico”. “Creio que o Panamá deverá estar praticamente a dar por concluído o processo de adesão à Aliança para o Pacífico e nós somos membros observadores desde há um ano e meio”, salientou o chefe do executivo.

Cavaco Silva apontou a participação de Portugal na organização de 22 países

ibero-americanos - que vão passar a reunir-se de dois em dois anos, em vez de anualmente - como “uma das prioridades da política externa portuguesa” e Passos Coelho reforçou que as relações com a América Latina são “uma prioridade clara da política externa portuguesa”.

O Primeiro-Ministro e o Presidente da República chegaram a Veracruz, cidade portuária na costa do Golfo do México, dia 8, para participar na XXIV Cimeira Ibero-Americana, a última com periodicidade anual e a última em que participará Cavaco Silva como chefe de Estado. O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, também integrou a delegação portuguesa presente neste encontro, subordinado ao tema “Ibero-América no Século XXI: Educação, inovação e cultura”. À margem dos trabalhos da cimeira, decorreu uma reunião bilateral com a Presidente do Chile, Michelle Bachelet, na terça-feira de manhã. Na agenda desta cimeira de chefes de Estado e de Governo, foram debatidos os temas da mobilidade académica e da recomposição do financiamento desta organização de 22 países, previamente acertada a nível ministerial. A Conferência Ibero-Americana é composta por três países ibéricos: Portugal, Espanha e Andorra; e 19 latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Cuba e República Dominicana.

Pedro Passos Coelho no debate quinzenal

“Crescimento sustentado”

O Primeiro-Ministro afirmou que a economia tem registado uma trajectória positiva. Apesar de o crescimento ser “moderado”, é também “sustentável”. E as desigualdades não foram agravadas pela crise, garantiu o chefe de Governo, no último debate quinzenal do ano, no Parlamento, dia 12. “Esse crescimento sustentado está apoiado em contas externas positivas” e “também em exportações que mantêm uma tendência de crescimento apesar da adversidade externa”.

Sobram alguns problemas, nomeadamente com o desemprego e com as desigualdades sociais. Estas últimas, recordou Passos Coelho, não foram agravadas pela situação de crise. “Temos problemas sérios com a desigualdade social que tem de ser corrigida. É matéria que, felizmente, não foi agravada pela crise, mas que temos, de há muitos anos a esta parte, uma assimetria demasiado cavada que tem de ser corrigida e que permanece como risco”. “A crise podia ter agravado as desigualdades, mas não agravou”, assegurou, citando dados do Eurostat. “Vê-se bem, na distribuição do rendimento, aonde é que a quebra foi mais elevada: foi nos rendimentos mais elevados”, exemplificou.

Dirigindo-se a Jerónimo de Sousa, Passos Coelho afirmou: “Pode dizer: o que é que me interessa que quem tem muito perca muito? Não vou dizer o contrário, mas não está à espera que eu negue que houve uma preocupação clara do Governo para que os sacrifícios não estivessem concentrados em quem tem menos”. O Primeiro-Ministro não ignora “que ainda há portugueses que passam sérias dificuldades”.

O outro risco “muito considerável para 2015”, segundo Passos Coelho, é o desemprego. “Continuamos a ter uma taxa de desemprego muito elevada”, apesar de “não tão elevada quanto em outros países europeus”. O primeiro-ministro reconheceu que a descida da taxa de desemprego este ano se baseou na emigração. “O desaceleramento do desemprego



Presidência

tem sido feito à custa de todos os que buscaram outras economias para se empregar e para encontrar, no imediato, alternativa ao que não encontraram no seu país”.

Mas “também à custa da criação de emprego”, assinalou. “E o emprego que tem vindo a ser criado é um emprego que, no essencial, é progressivamente menos precário, e portanto, um emprego que não vive de expedientes, é um emprego que tem vindo a corresponder a contratações pelo sector privado e não pelo público”. E, em parte, esse emprego “tem vindo a corresponder a uma consequência positiva das políticas activas de emprego”, ou seja, estágios.

Privatização garante viabilidade futura da TAP

“A privatização da TAP, que o dr. António Costa tanto critica hoje, era um dos objectivos inscritos no memorando de entendimento [com a ‘troika’]. Era uma privatização da TAP a 100 por cento, veja-se até onde ia o neoliberalismo” em Maio de 2011. Em resposta a Ferro Rodrigues, Pedro Passos Coelho defendeu uma “economia aberta” e “sem privilégios”. “Disse [Ferro Rodrigues] que o Governo tem um discurso contra a PT e contra o Grupo Espírito Santos (GES), que eram empresas muito importantes em Portugal. Não tenho nada contra a PT, nem contra o GES, mas há uma coisa que discordo do senhor deputado: Durante muitos anos tivemos uma economia muito protegida e numa economia muito protegida é típico que os privilégios estejam concentrados numa meia dúzia”.

Pelo contrário, “quanto mais competitiva e aberta é uma economia, mais oportunidades estão ao alcance de todos”. “Se deixarmos tudo como está a TAP vai desaparecer. Se deixarmos tudo como está, a empresa estratégica, até para o turismo nacional, para as nossas ligações à lusofonia e por aí fora, tudo isso vai desaparecer”.

Entre o cenário de uma capitalização da empresa e a privatização, Passos Coelho disse que o Governo está convicto de que a privatização é a melhor solução e a que garante a viabilização futura da empresa.

“Estamos convencidos de que há condições para poder fazer uma privatização da TAP em condições que assegurem os interesses estratégicos que a companhia tem para Portugal e viabilizem a própria companhia”, afirmou, sublinhando que essa opção não é uma novidade porque estava prevista desde o início do programa de assistência económica e financeira. O Primeiro-Ministro considerou que a TAP pode ser “perfeitamente viável”, desde que haja condições para a “capitalizar convenientemente” mas não através de “despedimentos colectivos” ou de “diminuir o tamanho da empresa”. Passos Coelho referiu-se às declarações da comissária europeia da Concorrência, Margrethe Vestager, que afirmou, ao ser questionada sobre a TAP, que a capitalização de uma companhia aérea pelo Estado é sempre uma matéria “delicada”, mas que há “possibilidades”.

Passos Coelho frisou que a comissária respondeu “o que se pode responder em abstracto”, frisando que “é sempre possível, em teoria” considerar a hipótese de “auxílios de Estado”.

“É sempre possível, em teoria”, reiterou, considerando no entanto que essa opção levaria a TAP a uma situação idêntica à da companhia italiana Alitalia, que sofreu uma reestruturação profunda, com despedimentos colectivos e que acabou por ser reduzida.

O Primeiro-Ministro referiu-se depois em concreto à actual situação da PT, em vias de ser vendida aos franceses da Altice. Pedro Passos Coelho discordou que os problemas da PT estejam relacionados com a perda da ‘golden share’ pelo Estado. “Pelo contrário, sempre que o Estado interveio na PT, interveio mal - e o grande mal que aconteceu depois tem a ver como a forma como a PT foi gerida. Isso deveria convidar o PS a uma reflexão importante, esperando que a conclusão a tirar não seja a mesma do PCP ou de outros partidos de esquerda, no sentido de o Esta-



do voltar a uma posição de privilégio dentro da PT”.

Novo ciclo na Europa

Pedro Passos Coelho referiu-se ao início de um ciclo novo da Europa, defendendo que o investimento, a recuperação do emprego e o crescimento devem ser

colocados no topo das preocupações. “Iniciámos um ciclo novo em que precisamos de pôr o investimento, a recuperação do emprego e crescimento à frente de todas as nossas preocupações e em que se exige que todos os países estejam o mais alinhados possível com estes objectivos de modo a que a recuperação

na Europa seja mais forte do que nesta altura está programada”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Numa intervenção na abertura de um debate na Assembleia da República preparatório do Conselho Europeu, o primeiro-ministro destacou ainda o facto da comissão europeia ter apresentado um plano de reforço de investimento - o Plano Juncker - que assenta na criação de um fundo europeu para investimentos estratégicos e que visa mobilizar recursos que são necessários ao crescimento económico e para corrigir o défice de investimento que se tem registado na União Europeia.

“Julgo que este plano é um bom ponto de partida”, frisou, admitindo, contudo, que existem ainda aspectos do plano que não estão muito claros. Trata-se de um plano, acrescentou, que parece incidir sobre áreas que são estratégicas e que de alguma maneira coincidem também as com as áreas estratégicas que Portugal já assumiu para os próximos anos: os sectores da energia e dos transportes (pensando numa união energética e em redes transeuropeias de energia e transportes), a aposta no mercado único digital e tudo o que envolve a investigação e a inovação.



Passos Coelho inaugurou a Torre dos Clérigos



O Primeiro-Ministro presidiu à sessão solene de reabertura da Igreja e Torre dos Clérigos, no Porto, dia 12.

Primeiro-Ministro reuniu com o secretário-geral do PS



O Primeiro-Ministro recebeu o secretário-geral do Partido Socialista, António Costa, na residência oficial de São Bento, em Lisboa, dia 11 de Dezembro de 2014. Este encontro realizou-se a pedido do líder do PS, que foi apresentar cumprimentos a Passos Coelho.

O Presidente do PSD no encerramento do XXIII Congresso Nacional da JSD

Apurar responsabilidades pelo endividamento do país

As “responsabilidades” do endividamento de Portugal “não vão ficar solteiras”, afirmou o Presidente do PSD, na sessão de encerramento do Congresso da JSD, em Braga, dia 14. Pedro Passos Coelho lembra que durante os últimos anos falou-se muito dos jovens mas “pensou-se pouco neles e no futuro”. “Quando eu tinha pouco mais de 30 anos a perspectiva daqueles que eram jovens não era uma perspectiva de endividamento público, nem da economia, nem de desequilíbrio nas pensões. Volvidos estes anos, volvidos anos precisos de responsabilidade que não vão ficar solteiras, com certeza, porque nós sabemos durante esse tempo quem governou”.

O líder do PSD declarou que as lideranças têm que “atender” à realidade, porque quem acreditou em fantasia ficou “elucidado” em 2011 do que elas valiam. “O PSD é um partido que atende à realidade da acção política. Ao contrário do que alguns parecem pensar, nós não vivemos em fantasias e quem em Portugal pensou que as fantasias iam durar muito ficou elucidado em 2011 do que valem as fantasias”.



Recordando os números da dívida portuguesa quando deixou a presidência da JSD, em 1995, Passos Coelho questionou como “foi possível” desde então tudo se ter alterado. “Estou apenas a dizer que é preciso constatar um facto: quando eu deixei de ser presidente da JSD a dívida pública do país representava significativamente menos de metade do que é hoje e a dívida líquida externa era inferior a 20 por cento. Agora só a do Estado é superior a 120 por cento e sabemos que uma parte tao grande como a do Estado pertence à economia privada”. “Como é que foi possível neste espaço de tempo, alguém que fez o seu caminho de juventude, olhar pra o futuro e pensar que tudo se alterou”, questionou, referindo que se falou muito mas fez-se pouco.

“Durante muitos anos falou-se muito do futuro do país e dos jovens portugueses mas pensou-se pouco neles e no futuro”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro referiu-se ao papel das instituições de investigação científica, justificando a opção de atribuir financiamento apenas às melhores instituições com a necessidade de não desperdiçar recursos. “Recorremos a peritos internacionais (...) para fazerem a avaliação externa das nossas instituições científicas e decidimos que aquelas que não forem muito boas ou excelentes terão apenas apoio para funcionamento e que só aquelas que forem muito boas ou excelentes terão mesmo financiamento”, afirmou.

O líder do PSD garantiu que nenhuma instituição está “acima” daquela auditoria, justificou a opção de financiar apenas as melhores instituições com a necessidade de ter “garantias” que o dinheiro disponível será utilizado para “produzir a melhor” investigação. “Precisamos das melhores garantias que o dinheiro que temos vai ser bem utilizado para produzir a melhor investigação e esta deve ser realizada por aqueles que tem melhores condições para a realizar”, disse.

Passos Coelho apontou ainda um destino para a investigação em Portugal. “Essa investigação tem que estar ao serviço das empresas, de Portugal”, sublinhou.

Simão Ribeiro, deputado à Assembleia da República, foi eleito presidente da Juventude Social Democrata (JSD) no XXIII Congresso da JSD. Simão Ribeiro quer que a JSD continue a ser uma “plataforma de encontro” de movimentos da sociedade





e responsável por “mudanças de mentalidade e de regime”, de forma a “aumentar a confiança nos agentes políticos”. “Quero uma JSD que seja autenticamente uma estrutura de plataforma, uma estrutura onde todos os movimentos da sociedade possam ver um fórum de discussão de ideias, uma

estrutura activa e uma forma de acesso ao poder político soberano, de forma construtiva, como meio de junto dos governos, autarquias, entre outras entidades, verem discutidas as suas propostas e problemas”, definiu Simão Ribeiro.



Conselho Nacional

Vencer as eleições legislativas com maioria absoluta



O presidente do PSD defende que a haver coligação pré-eleitoral com o CDS-PP às legislativas de 2015 é para ter maioria absoluta. Numa intervenção mobilizadora de 30 minutos, e dirigindo-se aos membros do Conselho Nacional, Pedro Passos Coelho mostrou confiança na possibilidade de esse resultado ser atingido.

A meio da reunião, que teve início na segunda-feira à noite e terminou terça de madrugada, o coordenador dos sociais-democratas, Marco António Costa, declarou aos jornalistas que na sua intervenção inicial Passos Coelho tinha deixado “uma palavra de confiança” ao partido relativamente ao ano de 2015. Segundo Marco António Costa, o líder do PSD “deixou uma linha de forte determinação do PSD em continuar a fazer o seu trabalho diariamente até às próximas eleições legislativas”.

Marco António Costa criticou também a ausência de cooperação do PS, por o maior partido da oposição recusar entendimentos com a actual maioria, acusando os socialistas de se demitirem da resolução de problemas por tacticismo e falta de coragem.

O PSD, revelou o coordenador, “está a trabalhar temas para o futuro do país” no quadro do seu gabinete de estudos e das conferências realizadas no âmbito dos seus 40 anos: “É nossa obrigação, esse trabalho está a ser feito”.

Nesta reunião do órgão máximo do PSD entre congressos, foram aprovadas por unanimidade e aclamação as contas do partido relativas às eleições autárquicas de 2013 e às europeias de 2014, as contas globais de 2013 e o orçamento interno do PSD para 2015, seguindo-se um período de análise da situação política. Foi ainda aprovado por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do histórico militante de Leiria, José Ferreira Júnior.



PSD acusa PS de “ligeireza” por causa da privatização da TAP



O vice-presidente coordenador do PSD acusa o secretário-geral do PS de “ligeireza e precipitação” nas declarações sobre a privatização da TAP, reportando para o memorando de entendimento original onde foi assumido o “princípio da venda total” da companhia. Em causa estão as declarações proferidas sexta-feira à noite pelo líder socialista, António Costa, sobre a privatização da TAP, garantindo que no memorando de entendimento apenas estava prevista a venda parcial e que a meta de receitas com privatizações já foi ultrapassada.

Nesse mesmo dia, de manhã, no debate quinzenal, o Primeiro-Ministro afirmou que “a privatização da TAP (...) era um dos objectivos inscritos no memorando de entendimento [com a ‘troika’]. Era uma privatização da TAP a 100 por cento”, declarou o líder do Governo.

O porta-voz do PSD entende que “o Dr. António Costa tem produzido, desde que é secretário-geral do PS, um conjunto de afirmações de uma forma relativamente ligeira, o que leva a que depois seja confrontado com documentos que o desmentem. Ora, na página 8, no ponto 17, do memorando de entendimento original está assumido pelo Governo que o subscreveu, que foi o Governo do PS, a assunção do princípio da venda total quer da Galp, quer da REN, quer da TAP”, declarou Marco António Costa.

Na opinião do porta-voz do PSD “há uma certa ligeireza e precipitação nas declarações” de António Costa, desejando que “tal como aconteceu nos fundos comunitários, em que ele fez declarações que depois se veio a arrepender”, que o líder do PS “fizesse uma leitura mais atenta deste ponto 17 da página 8 no memorando original de entendimento, para que evitasse fazer considerações e tentativas desmentidas falhadas relativamente ao que disse o senhor Primeiro-Ministro”.

“Para evitar especulações sobre traduções e para não entrarmos em matérias de traduções, eu estou a reportar-me ao memorando original, assinado pelo Governo do PS, liderado então pelo eng. José Sócrates,



tes, e que todo o PS aceitou e subscreveu. E portanto, o dr. António Costa tem que ler o ponto 17 da página 8 e depois reponderar as declarações que fez ontem”, reiterou.

O porta-voz da Comissão Política Nacional do PSD entende que a greve “é um direito que assiste aos trabalhadores”, acrescentando que a greve, a ocorrer, vai prejudicar os emigrantes portugueses que pretendem visitar as suas famílias neste período do Natal e Ano Novo, e também o turismo, a actividade económica em geral e a própria TAP.

O Governo aprovou no dia 13 de Novembro o pro-

cesso de privatização da TAP, através da alienação de acções representativas de até 66 por cento do capital social da TAP SGPS, ficando o Estado com uma opção de venda de até 34 por cento do capital remanescente, ao adquirente na venda directa de referência, caso faça uma apreciação positiva do cumprimento das obrigações pelo mesmo assumidas no âmbito da reprivatização.

No passado sábado, dia 13 de Dezembro, o vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional participou numa sessão autárquica em Arouca, distrito de Aveiro.

PSD congratula-se com investimento em obras de proximidade

O Partido Social Democrata enaltece a aposta do Governo na revitalização da rede rodoviária de estradas nacionais e regionais, ontem conhecida, na sequência da publicação pela Estradas de Portugal do Plano de Proximidade 2015-2019 e que abrange os 18 distritos do país.

A aposta na rede rodoviária de proximidade é uma matéria que o PSD defende desde muito antes do início do ciclo ruinoso de investimentos em Parcerias Público-Privadas levados a cabo pelo governo do Partido Socialista.

Tal como defendido pelo PSD no seu programa eleitoral de 2011 e no Programa do Governo, era urgente reduzir os encargos, para as atuais e futuras gerações, com as PPP contratadas pelo anterior Governo e voltar a olhar para as nossas estradas nacionais.

O plano de proximidade, agora divulgado, tem financiamento assegurado pela Estradas de Portugal, SA, no seu orçamento Plurianual, que está hoje integrado no perímetro orçamental do Estado e a sua existência é uma decorrência das poupanças em PPP que foi possível alcançar nos últimos anos.

Trata-se de obras de proximidade de baixo valor a lançar entre 2015 e 2019 mas de elevado valor acrescentado para a vida das populações num quadro que é ainda de restrições orçamentais.

Depois da aprovação do Plano Estratégico de Transportes e Infra-estruturas (PETI3+), o PSD reconhece como meritório este plano de proximidade que reconcilia as pessoas com o seu território.

Matos Rosa em Murça, Vila Pouca de Aguiar e Tavira

O secretário-geral do PSD participou na sexta-feira, 12 de Dezembro, numa ceia de Natal, em Murça, e num jantar de Natal e sessão dos 40 Anos do PSD em Vila Pouca de Aguiar. No sábado, Matos Rosa esteve na sessão de tomada de posse dos novos órgãos do PSD de Tavira.



José Matos Correia nos 40 anos do PSD em Setúbal



O vice-presidente do Partido Social Democrata, José Matos Correia, esteve sábado, 13 de Dezembro de 2014, numa sessão comemorativa dos 40 anos do PSD em Setúbal. Uma iniciativa que contou com a presença de dezenas de militantes e do líder da Distrital, o deputado Bruno Vitorino.



Portugal vê reconhecida liderança no combate às alterações climáticas

O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, apresentou, dia 11, a estratégia portuguesa para o Crescimento Verde a vários países presentes na Conferência sobre Alterações Climáticas (COP20) em Lima, no Peru. Enaltecendo o Compromisso para o Crescimento Verde e a reforma da fiscalidade verde recentemente aprovada, o ministro lembrou ainda os resultados que Portugal tem vindo a obter na redução das emissões de dióxido de carbono e no aumento recorde da parte de energias renováveis na produção de electricidade. De realçar que, este ano, Portugal tornou a ser referenciado, pelo Índice de Desenvolvimento das Alterações Climáticas, como o 4.º país do mundo a desenvolver melhores medidas mitigadoras das alterações climáticas.

Jorge Moreira da Silva interveio no plenário da conferência, tendo ainda agendadas apresentações a investidores institucionais, como o Banco Mundial, e a parceiros, como o Programa para o Ambiente da União Europeia.

Paralelamente aos trabalhos da conferência, e com o objectivo de dar visibilidade política internacional às novas reformas levadas a cabo em Portugal, o ministro organizou um seminário o compromisso para o crescimento verde e fiscalidade verde. Presidido por Jorge Moreira da Silva, neste evento participam o Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Director executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Achim Steiner, além de vários especialistas em alterações climáticas.

Seguiu-se um debate moderado por Francisco Ferreira, da Quercus, em que intervêm a Directora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Políticos de Paris, Teresa Ribera, o Diretor-Geral de Ação Climática da Comissão Europeia, Jos Delbeke, e o Diretor-Geral do Instituto Global para o Crescimento Verde e ex-Secretário Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, Yvo de Boer.

A 20.ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, COP20, contou com a presença de uma delegação portuguesa chefiada pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, e chegou-se a um acordo - designado por Apelo de Lima para a Acção Climática ("Lima Call for Climate Action") - sobre os elementos essenciais a desenvolver por todos os países em 2015 de modo a obter, em Dezembro de 2015, um Protocolo que substitua o Protocolo de Quioto.

Em Lima a tarefa do Governo "era clara e foi cumprida: avançar na superação de divergências que duram há oito anos de modo a garantir que, ao contrário da Cimeira de Copenhaga", era possível alcançar, na Cimeira de Paris, no final de 2015, "um acordo climático abrangente, inclusivo, ambicioso e economicamente eficiente".

Ora, isso foi alcançado em Lima: em primeiro lugar, foi deliberado que todos os países - desenvolvidos e em vias de desenvolvimento - terão de apresentar, até 31 de Março de 2015, as respectivas metas nacionais de mitigação das alterações climáticas, isto é metas quantificadas e calendarizadas de redução das emissões de gases com efeito de estufa, formuladas de uma forma coerente, transparente e robusta; em segundo lugar, foram definidos os elementos para o texto negocial de Paris. Os resultados de Lima representam, portanto, uma base sólida para as intensas negociações que vão decorrer nos próximos 12 meses até Paris com vista a alcançar um acordo ambicioso e envolvendo todas as Partes".



Portugal viu reconhecida a sua liderança no crescimento verde e no combate às alterações climáticas. Portugal foi considerado, tal como em 2013, como o país com a quarta melhor política para as alterações climáticas do mundo, de acordo com Climate Change Performance Index (CCPI).

Os líderes do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, do Instituto Global para o Crescimento Verde e do Banco Mundial consideraram Portugal como um exemplo a seguir atendendo à proposta de Compromisso para o Crescimento Verde (apresentado pelo executivo português e que se encontra em discussão pública), à Reforma da Fiscalidade Verde e à política energética (combinando aposta nas energias renováveis e cortes nas rendas do sector eléctrico).



Polícia Judiciária vai recrutar mais 120 inspectores

A ministra da Justiça anunciou o recrutamento de mais 120 inspectores para a Polícia judiciária para “reforçar o combate à criminalidade mais grave e complexa” e preencher as vagas deixadas por aposentações. “Estamos neste momento em condições de abrir um novo concurso para 120 inspectores estagiários”, afirmou Paula Teixeira da Cruz na Conferência “Combate à Corrupção”, que está a decorrer nas instalações da Polícia Judiciária, em Lisboa, dia 9.

A ministra referiu também que “no dia 1 de Dezembro, a PJ foi reforçada com 80 funcionários da área de apoio e ainda este mês vão tomar posse mais 10 funcionários e 73 novos inspectores que terminaram o período de estágio”.

Na conferência, estiveram também presentes os ministros da Saúde, Paulo Macedo, e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares.



Capacitação operacional das forças de segurança é “um imperativo”

“Estar aqui, num momento em que dotamos a Guarda Nacional Republicana (GNR) de mais e melhores meios para o desempenho da missão que lhe é confiada, reveste-se de uma dimensão simbólica, que encerra um compromisso do Governo”, afirmou a ministra da Administração Interna, Anabela Rodrigues, na entrega de 175 veículos à GNR, em Sintra. Sublinhando que esta se trata “de uma aposta estratégica”, a ministra referiu que a “capacitação operacional das forças de segurança constitui um imperativo que, não obstante os constrangimentos orçamentais, se impõe defender”.

Anabela Rodrigues destaca os investimentos já feitos nesta área: “Foram inauguradas 13 novas instalações, representando um investimento de 13 milhões de euros, e estão em curso obras em outras 13 instalações, no valor de 12 milhões de euros”.

No mesmo sentido, também “a renovação do parque automóvel das forças de segurança, que constitui 40 por cento das viaturas detidas pelo Estado, é um objectivo que tem merecido a atenção do Governo” e “a GNR dispõe agora de mais 126 viaturas ligeiras e 49 motocicletas para reforçar a protecção de pessoas e bens, assegurando o cumprimento da lei”. No total, o investimento cifra-se em 3 milhões e 600 mil euros”, e “a GNR tem ainda em curso procedimentos de aquisição de mais 100 viaturas, no valor total de 4 milhões de euros”.

“A GNR é parte activa e do maior relevo na prevenção e no combate à criminalidade, objectivos que têm inegável relevância para assegurar o bem-estar dos cidadãos”, afirmou a ministra, realçando que, “sem segurança, não é possível exercer as liberdades e os direitos constitucionalmente consagrados”.



Concluídos 80 por cento dos concursos para dirigentes da administração pública

A Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública (CRESAP) tem já concluídos mais de 80 por cento dos concursos para dirigentes de administração pública, segundo dados oficiais enviados à agência Lusa. Num universo de 395 concursos para dirigentes da administração pública, a CRESAP

encerrou 328, estando 42 por concluir. “O objectivo da CRESAP é concluir este ano os 365 concursos abertos até final de Dezembro de 2013, para o qual faltam apenas oito”, segundo disse à Lusa fonte oficial daquele organismo responsável pela selecção de candidatos para cargos de direcção superior da

administração pública.

Actualmente encontram-se abertas, segundo o “site” da CRESAP, candidaturas para concursos de dirigentes da Autoridade Nacional de Protecção Civil e para os conselhos directivos das administrações regionais de saúde do Alentejo e do Centro.

Exportações aumentam 9,4 por cento em Outubro

As exportações subiram 9,4 por cento em termos homólogos no mês de Outubro, atingindo os 4.638 milhões de euros. Trata-se do maior crescimento homólogo do ano e o valor absoluto mais alto de 2014. Relativamente às importações, o crescimento foi de 1,2 por cento face a Outubro do ano passado, para 5.463 milhões de euros. Um crescimento que traduz um abrandamento face ao crescimento homólogo de 6,3 por cento verificado em Setembro.

O défice da balança comercial diminuiu 190,6 milhões de euros e a taxa de cobertura aumentou 1,7 pontos percentuais (p.p.) para 80,8 por cento.

Também em alta está o Índice de Volume de Negócios na Indústria que, em termos nominais, registou

um aumento homólogo de 2,2 por cento em Outubro (0,7 por cento no mês anterior). O índice relativo ao mercado nacional passou de uma diminuição de 0,4 por cento em Setembro para um crescimento de 2,9 por cento em Outubro, enquanto o índice relativo ao mercado externo apresentou um aumento de 1,2 por cento (2,1 por cento em Setembro).

Os índices de emprego e de horas trabalhadas ajustado de efeitos de calendário, apresentaram variações homólogas de 0,8 por cento e de -0,5 por cento (0,7 por cento e -1,1 por cento no mês anterior), respectivamente, enquanto a variação do índice de remunerações foi nula (0,2 por cento em Setembro).



Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2014

1. O Conselho de Ministros aprovou a transferência da superintendência e tutela da Caixa Geral de Aposentações, I.P., do Ministério das Finanças para o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Esta medida visa a instituição de regras uniformes de organização, de gestão e de funcionamento da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, I.P., de forma a reduzir as ineficiências existentes e potenciar a eficácia através da aplicação de regras idênticas.

2. O Conselho de Ministros aprovou a criação das estruturas de missão para os programas operacionais que integram o ciclo de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento, designado Portugal 2020.

As estruturas de missão serão responsáveis pela gestão e execução dos diferentes programas operacionais dos fundos da política de coesão, designadamente os quatro programas operacionais temáticos (Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) e pelos cinco programas operacionais regionais no continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) que integram o ciclo de programação para o período de 2014-2020.

As estruturas de missão para os programas operacionais temáticos, regionais do continente e de assistência técnica sucedem às estruturas operacionais que até à data geriram e executaram os programas operacionais do ciclo de programação 2007-2013.

As despesas inerentes ao funcionamento e às actividades das autoridades de gestão e dos órgãos de acompanhamento das dinâmicas regionais, que sejam consideradas elegíveis, são asseguradas, respectivamente, pelos eixos de assistência técnica dos programas operacionais temáticos e regionais do continente.

3. O Conselho de Ministros aprovou a criação da iniciativa Portugal Inovação Social e a estrutura de missão responsável pela sua execução.

Esta medida visa estimular o aparecimento de soluções e modelos de intervenção inovadores, ade-

quados a gerar novas respostas para problemas prementes na área social, bem como em outras áreas de política pública, entre as quais a saúde, a justiça, a educação e a igualdade de género.

Pretende-se também contribuir para o desenvolvimento e promoção de um mercado de investimento social em Portugal, potenciado por instrumentos de financiamento inovadores, tais como o Fundo para a Inovação Social, enquanto instrumento de natureza grossista adequado a impulsionar o aparecimento de fundos participados para apoio a iniciativas de inovação e empreendedorismo social.

A iniciativa Portugal Inovação Social é concretizada pela mobilização de recursos financeiros de programas operacionais do Portugal 2020: Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; Programa Operacional Capital Humano; e programas operacionais regionais do continente.

4. O Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), actualizando assim o documento de Estratégia que datava de 2006.

A actualização da ENF resulta de processo de avaliação e de consulta pública alargada, incorporando as alterações de contexto entretanto verificadas.

A Estratégia actualizada mantém como horizonte o ano de 2030, salvaguardando o enquadramento da programação dos instrumentos financeiros para o período 2014-2020, que são fundamentais para alavancar as acções identificadas.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que institui o Conselho Florestal Nacional e regula a sua natureza, as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento.

O Conselho Florestal Nacional (CFN), órgão de consulta na área das florestas, tem por competência contribuir para a definição das políticas e estratégias nacionais para a floresta, para os recursos da caça e da pesca nas águas interiores e da legislação estruturante do sector.

O CFN irá congregiar todas as entidades públicas e privadas que nas diferentes áreas de atribuição ou de representação de interesses interagem no sector florestal, incluindo as representativas de actividades, dos recursos e dos produtos associados à floresta e aos espaços florestais.

O CFN sucede nas competências do Conselho das Organizações Interprofissionais Florestais e do Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal, que são extintos.

6. O Conselho de Ministros aprovou o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PAN-CD), decorrente da primeira revisão do PANCD aprovado em 1999.

O PANCD foi alinhado com a Estratégia Decenal 2008-2018 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD), tendo como objectivo a sua aplicação ao território nacional, de acordo com os requisitos e directrizes internacionais relevantes.

O PANCD agora aprovado diferencia-se do plano anterior, nomeadamente, na selecção dos quatro objectivos estratégicos definidos pela CNUCD, dando prioridade às questões das populações das áreas afectadas, aos sistemas que estão na base das síndromas de desertificação identificados para Portugal, às principais sinergias com outros processos convergentes em desenvolvimento na agenda interna e internacional e às questões da governação dos recursos.

7. O Conselho de Ministros aprovou a orgânica do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, adequando as suas atribuições nas áreas da solidariedade, emprego e segurança social e reformulando a respectiva organização interna.

O Gabinete de Estratégia e Planeamento vê agora reforçada a sua vocação no âmbito do planeamento estratégico, formulação de políticas internas e internacionais, de suporte à definição e avaliação das políticas das áreas da solidariedade e segurança social com as da área do emprego.

8. O Conselho de Ministros autorizou a Autoridade Nacional de Protecção Civil a realizar a despesa relativa à aquisição dos serviços de disponibilização e locação dos meios aéreos anfíbios médios e pesados para a prossecução das missões públicas atribuídas ao Ministério da Administração Interna. O montante máximo autorizado para 2015 a 2017 é de cerca de 17,14 milhões de euros.

PS ignora que Portugal foi exemplo de equidade no ajustamento

No debate quinzenal com o Primeiro-Ministro sobre questões de relevância política, económica e social, Luís Montenegro não resistiu por começar a sua intervenção com uma referência à intervenção do deputado socialista, Ferro Rodrigues. De acordo com o líder parlamentar do PSD, o seu homólogo socialista sabe bem do que fala quando se refere a negação e irrealismo. “Quero reconhecer que o senhor deputado Ferro Rodrigues sabe bem do que fala e falou com toda a propriedade sobre negação e irrealismo, diria mesmo que toda a sua intervenção foi um bom exercício de negação e de irrealismo, quer no que se passou de 2005 a 2011, quer no que se passou de 2012 até hoje”.

No que se refere às acusações de neoliberalismo, o social-democrata afirmou que não vai acusar o PS de ser neo-socialista ou pós-socialistas, “pois este é o PS de sempre. Da irresponsabilidade financeira, do despesismo, do facilitismo, do ‘troikismo’. Este é o PS de sempre, o PS que afundou o país”.

Perante este estilo de negação, Luís Montenegro referiu-se a factos concretos e objectivos e que afectam os portugueses. “É ou não verdade que o país tem hoje as taxas de juro mais baixas de sempre? Temos hoje a economia a crescer mais do que a média da zona euro. Se juntarmos a isto todos os indicadores de clima económico, de confiança dos consumidores, de constituição de novas empresas, de decréscimo de insolvências e exportações”.

Quanto ao desemprego, o parlamentar enfatizou que o desemprego está a diminuir e o emprego está a aumentar a um nível bem mais elevado do que a grande maioria dos países da União Europeia. Perante a acusação de que se trata de emprego precário, o líder da “bancada laranja” admitiu que “é verdade que um contrato de trabalho sem termo é melhor que um contrato de trabalho com termo. E também é verdade que é melhor um contrato de trabalho que um estágio. Mas há uma coisa que é pior que isto



tudo: estar desempregado. Não há maior precariedade do que estar desempregado. Os senhores deputados não são capazes de reconhecer que 70 por cento desses estágios dão origem à criação de um emprego”.

A pobreza foi outros dos temas abordados pelo parlamentar. Segundo Luís Montenegro a oposição gosta de usar a pobreza como bandeira política, algo que o deputado entende que é de um gosto muito duvidoso. Lembrando que num país que foi obrigado a pedir ajuda externa e que teve um processo de

ajustamento seria evidente que o risco de pobreza aumentasse, o social-democrata referiu que o Governo tem implementado medidas que permitem que o país cresce e crie emprego. “Por isso não espanta que a OCDE tenha tornado público um relatório que diz que de todos os países intervencionados, Portugal foi o país em que o rendimento disponível menos caiu. Portugal foi um exemplo de coragem no ajustamento e foi um exemplo de justiça e equidade social no ajustamento”.

António Rodrigues destaca ambição da nova Comissão Europeia



O Parlamento realizou, dia 12, um debate preparatório do Conselho Europeu, com a presença do Primeiro-Ministro. Intervindo em nome do PSD, António Rodrigues começou por sublinhar que todos temos acompanhado a crise na Europa e temos manifestado a nossa preocupação com essa matéria. Contudo, agora que temos um novo quadro orgânico, o vice-presidente da bancada do PSD enfatizou que temos uma nova expressão que podemos associar: a ambição. “Resulta claro, pela entrada do Presidente da Comissão Europeia, que há uma clara ambição dentro da Comissão Europeia. Uma ambição realista, que não quer deitar pelas costas tudo o que recuperou, uma ambição que mostra vontade de crescer, de consolidar, de criar emprego e de afastar o espectro dos radicalismos que têm ‘populado’ pela Europa nos últimos anos”.

De seguida, o deputado referiu que o Plano Juncker vai nesse sentido, ao demonstrar alocação de verbas, uma estratégia, objectivos claros e a convocação de instituições europeias para um conjunto de investimento que a Europa precisa. Nesse âmbito, António Rodrigues recordou os vários projectos portugueses que demonstram a atenção que o Governo português tem dado a este Plano.

A terminar, António Rodrigues pediu ao Primeiro-Ministro para que, no momento em que os projectos forem avaliados, seja salvaguardada a proporcionalidade para as necessidades de cada Estado, para assim não correremos os riscos dos Estados com maior capacidade de financiamento terem primazia.

Dezoito anos de “más opções educativas”

O PSD/Açores acusou o PS e o governo regional de fazerem “tábua rasa” do passado, esquecendo que “os mais recentes resultados, que colocam a região nos últimos lugares dos ‘rankings’ educativos nacionais, são consequência de 18 anos de governação socialista. E o governo e o novo secretário regional não podem fazer tábua rasa dessa herança”, apontou a deputada Judite Parreira.

Para a social-democrata, “foi muito rápida a inversão de pensamento do actual secretário regional sobre o insucesso escolar. Mas, tal como o fizeram os seus antecessores, também se esqueceu que o estado da Educação nos Açores se deve a 18 anos de governação do PS. A 18 anos de más opções educativas”, afirmou.

Judite Parreira lembrou que, “conforme o PSD tem referido imensas vezes, os professores e as escolas da Região têm feito um enorme esforço, quer com projectos quer na definição de estratégias, para combater o insucesso escolar. E, de facto, os resultados que estamos agora a analisar não se devem às escolas e aos professores, mas às políticas erradas do partido socialista”, frisou.

A deputada do PSD/Açores criticou igualmente a tutela por ter “privilegiado a construção de grandes estruturas em detrimento dos resultados escolares. Aliás, as mega-escolas não trouxeram vantagens, acabaram sim com o ensino de proximidade, como bem o provam os resultados da mais recente mega escola, a de Água de Pau, que são os piores do país”, concluiu.

Número de alunos retidos duplicou nos Açores

O PSD/Açores lamentou ainda o facto de, entre 2007 e 2012 - ano das últimas estatísticas publicadas sobre a realidade educativa regional -, “o número de



alunos retidos ou que desistiram da escolaridade obrigatória ter passado para o dobro, numa confirmação de que as políticas de Educação dos sucessivos governos socialistas falharam”, disse o deputado Joaquim Machado.

Segundo o parlamentar, “e já que os responsáveis pelo sector minorizam, ou quase desprezam, os rankings nacionais, então comparemo-nos com nós mesmos. Por exemplo, a taxa de retenção e desistência, nos três ciclos do ensino básico, passou de 8,4 por cento, registados em 2007, para 16,5 por cento em 2012”, referiu.

“Não é ranking, são os resultados da governação so-

cialista nos Açores”, disse Joaquim Machado, explicando que “a taxa de retenção e abandono era, para o 1.º Ciclo, de 3,2 por cento em 2007. Em 2012 foi de 12,4 por cento, quase quatro vezes mais”.

Joaquim Machado acusou também a tutela “de deixar de apostar em muitas facetas formativas, aumentando as carências dos açorianos. Ficamo-nos pelos bons discursos, mas os resultados estão à vista. O insucesso escolar e o abandono ao abandono escolar precoce são a prova de que esta Via Açoriana anunciada pelos socialistas é sinuosa e deixa muito a desejar”, concluiu.

Saúde continua a ser “um motivo de demoras” na Graciosa

O PSD/Açores considera que, “neste mês de Dezembro, e quando vai a meio o mandato socialista, parece que parte do problema da falta de medicamentos na Ilha Graciosa será solucionado com a abertura de um posto farmacêutico. Mas a Saúde continua a ser um motivo de demoras e ansiedade para os graciosenses. Tem sido assim nestes dois anos de mandato de mais um governo PS”, disse o deputado João Bruto da Costa.

O social-democrata reagiu desta forma a afirmações da bancada socialista sobre o sector na região, salientando que “foram mais de dois anos de sofrimento, mas continuam a demora nas consultas, as dificuldades na deslocação dos especialistas e no acesso às consultas de especialidade. A realidade da saúde na Ilha Graciosa continua a ser complexa, e com isso sofrem os utentes”, adiantou.

João Bruto da Costa desafiou mesmo “o senhor deputado [José San-Bento], como já o fiz anteriormente com o senhor secretário regional, a visitar a Graciosa. Vá falar com as pessoas, vá ouvi-las sobre os seus problemas e venha depois repetir que, nunca como agora, se confiou tanto nos cuidados de saúde. Que nunca como agora os açorianos notam as melhorias no sector”, disse.

“Pergunte aos graciosenses que denunciaram publicamente situações de tragédia humana que se viveram naquela ilha se, nunca como agora, houve tanta confiança nos cuidados de saúde”, afirmou.



João Bruto da Costa congratulou-se ainda com o facto de “o senhor secretário ter encontrado graciosenses para tudo quando é conselho de administração de hospitais nos Açores”.

POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

SER PATRIOTA, HOJE

«É preciso criar a Pátria Portuguesa do Séc. XX».

(ALMADA NEGREIROS)

O sentimento patriótico, a dedicação à causa da independência, da soberania do Povo português, da defesa da terra onde nascemos ou a que nos ligam laços de origem, constituem valores fundamentais da cidadania, que em regime democrático devem ter a expressão mais alta.

Sempre a luta pela liberdade andou, ao longo da nossa história, associada à luta pela dignidade da Pátria. Desde o início da nacionalidade até à sua consolidação, em 1385, com a vitória de Aljubarrota, que hoje comemoramos, foi na verdade esse sentimento profundo que catalisou as energias dos Portugueses: a emancipação da comunidade nacional, a construção do Estado, as batalhas da Reconquista, a fixação do território e a consolidação das fronteiras, a organização dos municípios, o povoamento e o fomento económico, o trabalho e a cultura do povo e das elites, a afirmação e irradiação da língua — toda essa gesta é uma lição de democracia, como o mostrou Jaime Cortesão no seu livro sobre Os Factores Democráticos na Formação de Portugal.

Vencido o mais próximo inimigo, Portugal expandiu-se, descobriu outros mundos e civilizações, perdeu e restaurou a independência, percorreu um largo caminho até reintegrar em plenitude a Europa, ora atrasando-se ora avançando nas transformações económicas, sociais e políticas, na modernização das ideias e das mentalidades, mas sem que nunca o patriotismo deixasse de ser, conjuntamente com o espírito universalista, o traço mais marcante da sua identidade, a mola impulsionadora da sua acção e das suas mutações decisivas.

Patriotas foram os liberais, que da revalorização da nossa história, das nossas tradições, da nossa literatura, do nosso folclore, fizeram com Herculano e Garrett o culto romântico por excelência.

Patriotas foram os republicanos, que à volta da figura de Camões, no seu centenário, bem como através da reacção ao Ultimatum, com a Liga Patriótica do Norte e o 31 de Janeiro, ganharam a expressão nacional que os conduziria ao 5 de Outubro.

Patriotas foram todas as gerações que no séc. XX promoveram a identificação com o ideal nacional, da geração da Renascença Portuguesa à da Seara Nova, da geração de Orpheu a todas as gerações da modernidade e da pós-modernidade.

Ao patriotismo esteve sempre associado o civismo democrático, desde o Manual Político do Cidadão Português, de Trindade Coelho, até à Arte de Ser Português, de Teixeira de Pascoas, desde a Educação Cívica de António Sérgio aos escritos de Raul Proença, que com o Guia de Portugal promoveu uma autêntica redescoberta do nosso País.

E todos os nossos grandes escritores da actualidade, de Torga a Agustina, ao lado dos novíssimos, buscam nas raízes patrióticas a sua matriz criadora.

Ser patriota, hoje, é ainda e sempre pôr Portugal acima de tudo, trabalhar por um país mais livre, mais democrático, mais justo, mais digno do seu passado e do seu futuro.

No dia em que se comemora o VI Centenário de Aljubarrota, que é o símbolo da vitória da independência Pátria, o «Povo Livre», que lhe dedica uma edição especial, não pode deixar de lembrar a todos os sociais-democratas que, no pensamento político de Francisco Sá Carneiro, a prioridade ia para Portugal, devendo a democracia e a social-democracia estar ao seu serviço. E foi por uma social-democracia portuguesa que ele se bateu, como hoje continuamos a bater-nos. Por isso o PSD pode dizer-se, sem dúvida, o mais português dos partidos portugueses.

O amor à Pátria transcende no entanto o simples sentimento político. Ele chega a atingir o nível do sagrado, num poeta como Fernando Pessoa:

«Sperança consumada,
S. Portugal em ser»,

eis como ele evocou na Mensagem Nun'Álvares Pereira, o Santo Condestável, herói de Aljubarrota. Dessa visão ontológica e religiosa da Pátria havemos nós, cidadãos, de tirar a lição essencial: a de ser Portugueses, e portanto patriotas, todos religados — unidos — na defesa de Portugal.

J.A.S.

VI CENTENÁRIO DE ALJUBARROTA SOB O SIGNO DA PÁTRIA

PÁGINAS 2 e 3

DEPOIMENTO DE CAVACO SILVA

CELEBRAR ALJUBARROTA

Faz hoje 600 anos. Quando eu era menino, ensinaram-me um canto infantil de Afonso Lopes Vieira, de que recordo apenas o refrão:

«Grande Condestabre,
alma pura e bela,
Vós, que nos salvastes
do Leão de Castela,
recebei as graças
e mais as mercês
de quem ama a Pátria
e é português!»

Aos meus filhos não ensinaram quase nada da História de Portugal.

Passaram VI séculos sobre Aljubarrota. Passou também o tempo de quase termos vergonha de nos afirmarmos patriotas.

Sem falsos chauvinismos, celebremos Aljubarrota. Um dos vários momentos da nossa História em que recusámos perder aquilo que somos.

Celebremos Aljubarrota, não contra o «Leão de Castela», mas afirmando a nossa identidade.

Cooperando com os outros Povos, mas assumindo o direito à diferença.

Aljubarrota pode ser para nós o exemplo de que com inteligência e vontade seremos capazes de vencer os obstáculos que, inevitavelmente, teremos de enfrentar.

Nós, sociais-democratas, queremos mudar o presente, construir um futuro mais próspero e mais justo. Nós, sociais-democratas, orgulhamo-nos dos nossos antepassados, e associamo-nos às celebrações de Aljubarrota com a consciência de que recordá-los é caminhar em boa companhia para o futuro que queremos para Portugal.



HOJE NA RTP-1

(após o telejornal das 20 horas)

TEMPO DE ANTENA DO PSD
COM CAVACO SILVA

Uma Nação Start Up

Jaime Quesado (*)

A aposta numa Nação Start Up constitui um compromisso de mudança para Portugal. Tem que assentar numa verdadeira dimensão colaborativa de mobilização dos “Actores da Mudança” (Empresários, Académicos, Empreendedores) para uma acção de base colectiva de reinvenção estratégica da base competitiva nacional. Trata-se dum contributo que se pretende possa ter efeitos de alavancagem na percepção da necessidade de reinventar a Economia Nacional. Pretende-se consolidar uma ideia de marca, solidificar as bases de um projecto, protagonizar novas soluções com novas respostas para questões que teimam em ser as mesmas de há muito tempo a esta parte. O Start Up Portugal é a nova resposta para as perguntas que hoje existem na sociedade portuguesa.

Quando em 1994 Michael Porter elaborou o célebre Relatório, encomendado pelo Governo Português de então, o diagnóstico sobre o que fazer e as áreas estratégicas de actuação ficaram clarificadas. Dezasseite anos depois, pouco foi feito, a situação competitiva degradou-se em termos globais e Portugal mais do que nunca tem pela frente a batalha da mudança estrutural. Assumidas as prioridades dum “Novo Paradigma” de Desenvolvimento para o país, a aposta numa “Agenda de Mudança” torna-se prioritária. Ou seja. Torna-se um imperativo nacional mobilizar um Contrato de Confiança para o Futuro, centrado em novas ideias e novas soluções para as quais toda a Sociedade Civil dê um contributo activo.

É importante por isso perceber que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas, é um contributo central para a correcção das graves assimetrias sociais e regionais que se têm acentuado. Falta por isso em Portugal um verdadeiro Choque Operacional capaz



de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional. É sobre esse designio que o Start Up Portugal se propõe estabelecer um Novo Contrato de Confiança, dinamizar um Novo Projecto, promover uma Nova Marca.

Pretende-se com esta iniciativa trazer a lume duas

ideias centrais para uma Nova Ambição em Portugal – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. O Start Up Portugal assenta a sua base em Cinco Factores Críticos de Competitividade – Instituições Abertas e Eficientes, Talentos e Excelência, Novos Modelos de Negócio e Redes Globais, Empreendedorismo e Capacidade Inovadora, Ética e Sustentabilidade. São eles a base de uma Nova Aposta Estratégica para Portugal.

(*) **Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro**

Comece a conhecer as diferenças



Mauro Xavier (*)

A divisão ideológica entre esquerda e direita, tal qual qualquer outra área ou tema sociológico, tem vindo a percorrer círculos mais ou menos perfeitos. As ideologias políticas tendem a ser reactivas consoante a vivência. E é nesse pressuposto que conseguimos perceber que em momentos de crise se extremam

posições tal como o cinzentismo se apodera nas épocas de acalmia. Nos ciclos de cinzentismo esbatem-se as diferenças ideológicas entre partidos, mantendo-se uma minoria - que não é necessariamente silenciosa - nos extremos. Aliás, o que seria da democracia e do debate político se não se mantivessem acessos ideais mais extremados que espicaçam as consciências meio adormecidas pelo dito cinzento morninho.

A maioria silenciosa e amorfa desses tempos balanceia-se entre dois partidos que, geralmente, espremidos os programas de governo em pouco ou nada diferem. O elemento diferenciador é a cara, a empatia, a gravata ou o colar de pérolas! Qualquer destes adereços usados num debate televisivo podem fazer a diferença numa altura destas e não parece interessar nada se seguem ideais conservadores para a economia ou se são liberais nos costumes. E no dia do voto ganha o sofá ou a toalha de praia.

Assistimos a uma Europa que vive medrosa em face dos avanços dos partidos dos extremos, parecendo ela própria desmemoriada da sua própria essência de berço das ideologias. Isto porque a nova Europa - esta União Europeia - cresceu ao abrigo do cinzentismo implantado nos países membros e esqueceu-se que um dia, o ciclo fecha-se e há cada vez mais partidos de extrema direita ou a esquerda a subir nas sondagem. Há cada vez mais quem concorde. Muitos. Tantos que podem ser decisivos na governação.

Muitas vezes se tem acusado PS e PSD de não demonstrarem diferenças na forma como governam e, em consequência, que pouco ou nada os separa no que respeita às ideologias. Quando se aproximam eventos que certamente influenciarão a vivência do quotidiano, os partidos remexem-se e encontram até uma certa linha de conduta para deixarem a orfandade ideológica. Foi o que sucedeu ao PS quando lhe falaram em coeficiente familiar no IRS, combateram uma medida de apoio à família com o ‘sound bite’ de que “um filho dum rico não pode valer mais que os outros”. A onda rosa começa a avermelhar para acenar a um certo eleitorado.

O Governo, contudo, não abdicou da ideologia em troca do acordo e vincou a sua vontade de se distinguir, dando à família um papel relevante no cálculo do IRS, apoiando aqueles que mais filhos têm. É importante ir conhecendo as diferenças...

(*) **Gestor - ©Diário Económico**



DESPACHO

ASSUNTO: - Atualização de militantes inativos – pagamento de quotas

No âmbito das minhas competências como Secretário-Geral e atendendo às comemorações em curso dos 40 anos do PSD, tendo em vista apoiar e incentivar a reativação e atualização da condição dos militantes inativos, determino que:

- Todos os militantes que se encontrem na situação de “inativos” podem, a título excecional, reativar a sua militância, bastando para isso pagar **1 ano** de quotas, enviando o pagamento juntamente com o comprovativo de morada.
- Esta medida entra em imediatamente em vigor e prolonga-se até maio de 2015.

O presente despacho interpretativo produz efeitos a partir desta data.

O Secretário-Geral

José Manuel de Matos Rosa

Lisboa, 11 de dezembro de 2014

Distribuição/Publicação

- “Povo Livre”
- site do PSD
- Presidentes das Comissões Políticas Regionais, Distritais e de Secção

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 27 de Dezembro de 2014, (sábado), pelas 21h30 na sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2015
- 3 - Informações sobre a sede concelhia do PSD
- 4 - Análise da situação político-partidária

FARO / DISTRIAL ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Dezembro de 2014, (segunda-feira) pelas 21h00 na sede de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1 - Loulé, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações e análise da situação política
- 2 - Ratificação das contas do PSD do distrito de Faro, relativas ao exercício de 2013, conforme alínea c) do artigo 39º dos Estatutos do Partido
- 3 - Outros assuntos

NÚCLEO DE CERNACHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Cernache - Coimbra, para reunir no próximo dia 17 de Janeiro de 2015, (sábado) pelas 17h00, na Associação Recreativa de Vila Pouca / Cernache, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Cernache

Notas:

- As listas de candidatos, devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, na sede Distrital sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16 - Coimbra, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,
- As urnas estarão abertas das 1700 às 19h00

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Dezembro de 2014, (segunda-feira) pelas 21h00 na sala António Cardoso da sede de Paredes, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política: PAREDES no presente e no futuro

PEDROGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pedrogão Grande para reunir no próximo dia 18 de Janeiro de 2015 (domingo), pelas 18h00 na sede, sita no Largo da Restauração, n.º 2-A, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
- 2 - Eleição da Comissão Política da Secção.

Nota

- As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 18h00 às 21h00.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Porto de Mós, para reunir no próximo dia 20 de Janeiro de 2015 pelas 21h00 na sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo N.º 2, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política da Secção de Porto de Mós

Nota

- As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ou enviadas até esta data, para o email olgasilvestre.adv@mail.telepac.pt
- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

TERRAS DO BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Terras de Bouro para reunir, no próximo dia 24 de Janeiro de 2015 (sábado) pelas 19h00, na sede da Junta de Freguesia de Moimenta, sita na Av. Dr. Paulo Marcelino, n.º 87, 2.º Frente., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 19h00 às 22h00



CONSELHO DISTRIAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra a reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2015, sábado, pelas 14h30, na sede concelhia do PSD Miranda do Corvo sita na Praceta Luís de Camões, Miranda do Corvo, com a seguinte

ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Discussão temática sobre: Saúde e comportamentos de risco;
- 3 - Outros assuntos.

MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se os militantes da Assembleia de Secção de Miranda do Corvo para reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2015, Sábado, pelas 16h00, na Sede do PSD de Miranda do Corvo, sita na Praceta Luís de Camões, Miranda do Corvo, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Conselho Regional, ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59mn do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia JSD/Marco de Canaveses para reunir no próximo dia 2 de Janeiro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h15m, no Edifício da Sede da Concelhia do PSD/Marco de Canaveses, sita no Largo Sacadura Cabral, n.º 10, em Marco de Canaveses, com a

seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - A Juventude em Marco de Canaveses - Intervenção por parte da Câmara Municipal de Marco de Canaveses;
- 2 - Apresentação da Lista liderada por Pedro Cepeda à Distrital da JSD;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos.

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes da JSD Lagos para Plenário Concelhio a realizar dia 17 de Janeiro de 2015, sito na Rua Soeiro da Costa 48-50 Lagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Concelhia e da Mesa de Plenário Concelhio

Nota:

- As listas terão de ser entregues ao presidente da mesa de plenário concelhio ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede da concelhia Rua Soeiro da Costa 48-50 Lagos.
- As urnas estarão abertas entre as 19h00m e as 20 horas.

TERRAS DE BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se o Plenário da Concelhia de Terras de Bouro, para reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2015, (Sábado), pelas 19h00, na Sede da Junta de Freguesia de Moimenta, sita na Av. Dr. Paulo Marcelino, n.º 87 - 2.º Fte., em Terras de Bouro, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 19h00m às 22 horas.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir em sessão ordinária no dia 26 de Dezembro de 2014 pelas 21h, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte

ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política Actual;
- 3 - Balanço da Actividade de 2014;
- 4 - Outros Assuntos.



ÓRGÃOS NACIONAIS ELEITOS NO XXIII CONGRESSO NACIONAL DA JSD

MESA DO CONGRESSO

Presidente	116857	Joana Barata Lopes
Vice-Presidente	121418	Cláudio Almeida
Vice-Presidente	163185	Ruben Pinto
Secretário	181388	Simão Santana
Secretário	174459	Carla Martins

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Presidente	132526	Cristóvão Simão Ribeiro
Vice-Presidente	117179	Hugo Roque
Vice-Presidente	169374	André Neves
Vice-Presidente	168216	José Miguel Ferreira
Vice-Presidente	133702	Gonçalo Gaspar
Vice-Presidente	120095	Rómulo Coelho
Secretário-Geral	166472	Margarida Balseiro Lopes
Vogal	179906	Carlos Gouveia Martins
Vogal	152659	Tiago da Fonseca
Vogal	154954	Frederico Nunes
Vogal	119780	Rui Vilar Gomes
Vogal	141683	João Rodrigues
Vogal	155394	Tiago Laranjeiro
Vogal	159408	Renato Guardado
Vogal	207170	Marta O Neill
Vogal	178037	Nelson Pereira
Vogal	142347	Pedro Figueiredo

COMISSÃO ELEITORAL INDEPENDENTE

Presidente	132423	Alexandre Leal
Membro	175087	Rui Santos
Membro	140798	Nuno Castelo
Membro	194883	João Barroso
Membro	211414	Maria Nascimento

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Presidente	170488	João Ascenso
Membro	162816	Agostinho Oliveira
Membro	130701	Leandro Esteves
Membro	206669	Luís Correia
Membro	163689	Beatriz Ferreira
Membro	209158	Luís Rodrigues
Membro	187079	Telmo Gaspar
Membro	186749	Leandra Garcêz

CONSELHO NACIONAL

1	Membro Eleito	142137	João Paulo Oliveira
2	Membro Eleito	194856	Luis Carvalho
3	Membro Eleito	122590	Miguel Neves
4	Membro Eleito	155813	Nuno Firmo
5	Membro Eleito	166594	Carlos Seixas
6	Membro Eleito	210006	João Dâmaso Moniz
7	Membro Eleito	197201	Eduardo Almeida
8	Membro Eleito	187198	Valter Silva
9	Membro Eleito	140575	Ricardo Rato
10	Membro Eleito	200472	Bruno Amaro
11	Membro Eleito	168290	Filipa Mendes
12	Membro Eleito	181772	José Pinto
13	Membro Eleito	208785	Cátia Trindade
14	Membro Eleito	197279	Adolfo Jácome Manso
15	Membro Eleito	168210	Miguel Encarnação
16	Membro Eleito	183444	Rui Constantino
17	Membro Eleito	202208	José Augusto Pereira
18	Membro Eleito	170882	Raquel Baptista Leite
19	Membro Eleito	177303	Ruben Coelho
20	Membro Eleito	212289	João Pedro Louro
21	Membro Eleito	163295	Rui Caseiro
22	Membro Eleito	154285	Ricardo Santos
23	Membro Eleito	207366	Catarina Fernandes
24	Membro Eleito	152448	André Magalhães
25	Membro Eleito	154419	Hernâni Gomes
26	Membro Eleito	139432	Catarina Castelhana
27	Membro Eleito	157510	Diogo Geraldês
28	Membro Eleito	212317	Gonçalo Melo
29	Membro Eleito	211351	Tiago Mendes
30	Membro Eleito	157980	Gustavo Coelho
31	Membro Eleito	203233	André Ventura
32	Membro Eleito	153023	Diogo Leal
33	Membro Eleito	133875	Diogo Agostinho
34	Membro Eleito	195429	Tiago Varum
35	Membro Eleito	198452	André Assunção
36	Membro Eleito	209381	Paulo Ribeiro
37	Membro Eleito	191095	Pedro Veiga
38	Membro Eleito	193471	Joana Tirano
39	Membro Eleito	186994	David Ferreira
40	Membro Eleito	184236	Luis Dias
41	Membro Eleito	189037	Afonso Leitão
42	Membro Eleito	182751	José Carlos Silva
43	Membro Eleito	204288	Rui Rodrigues
44	Membro Eleito	203892	Fábio Bernardino
45	Membro Eleito	211758	Diogo Cúmano
46	Membro Eleito	201858	Ricardo Salgueiro
47	Membro Eleito	211857	Flávio Soares
48	Membro Eleito	214556	Diana Santos
49	Membro Eleito	192577	Romão Afonso
50	Membro Eleito	183529	Marco Barbosa
51	Membro Eleito	184881	Ricardo Rosa
52	Membro Eleito	199766	Tiago Mateus
53	Membro Eleito	188894	Tiago Rodrigo
54	Membro Eleito	210343	João Ferreira
55	Membro Eleito	195817	José Benjamim

**O "Povo Livre" deseja a todos os seus leitores, militantes e simpatizantes,
um Natal Feliz e um Bom Ano!**

Regressaremos no dia 7 de Janeiro de 2015.

Boas Festas!